

1. Introdução

Shepard Forman

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FORMAN, S. *Camponeses: sua participação no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Introdução. pp. 8-31. ISBN: 978-85-7982-002-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1. Introdução

Em abril de 1962 compareci a uma reunião das Ligas Camponesas na periferia de uma pequena cidade castigada pela seca, no interior do Nordeste brasileiro. Antes de a reunião começar, entrevistei um velho camponês, na esperança de compreender alguns dos seus problemas e de discernir a amplitude e o significado do então muito falado movimento político do campesinato, que começara a levantar temores sobre a possibilidade de uma revolução ao estilo cubano no interior do Brasil. “Sim, Senhor”, respondeu o ancião quando perguntei se ele já tinha ouvido falar de Francisco Julião, o famoso líder das Ligas Camponesas. “Ele é o Príncipe da Vida que vai nos dar o nosso ganha-pão”. “O Senhor já ouviu falar de Fidel Castro?”, perguntei ao pobre parceiro. “Não, Senhor”, respondeu. “O Senhor já ouviu falar de Cuba?”, insisti. “Sim, Senhor. O meu vizinho tem um rádio transistor que disse que havia uma guerra lá. Afinal quem venceu a guerra?”

Durante a reunião, os capangas dos proprietários abriram fogo sobre o grupo de camponeses e camponesas aglomerados na praça principal para ouvir os jovens organizadores da Liga Camponesa. No tiroteio indiscriminado, várias pessoas saíram feridas e um garoto de doze anos morreu com uma bala na cabeça. Desde aquela época, e durante os dez anos de estudo e ensino sobre o Brasil, tenho refletido sobre as respostas daquele velho camponês. Tenho pensado sobre quem poderia vencer a guerra brasileira contra a pobreza, o analfabetismo e as moléstias que afligem a maioria esmagadora da população rural. Tenho pensado se os camponeses, num fervor revolucionário, se colocariam contra uma estrutura agrária que domina o Brasil há quatro séculos e continua a exercer uma extraordinária influência nos assuntos governamentais até hoje. Em outras palavras, eu me pergunto se os muitos esquemas de desenvolvimento e programas de ajuda estrangeira têm condições de levantar o nível de vida das massas antes que elas próprias se decidam a sublevar-se a um custo muito grande — e provavelmente com resultados sem muito efeito.

É lógico que esta última consideração é pouco provável num momento em que uma ditadura militar bem fincada mantém as massas sob rédeas curtas, e procura atrelá-las ao objetivo nacional do “desenvolvimento

transamazônico”. Esta panaceia desenvolvimentista, assim como outras apresentadas como paliativos para as massas da nação, oferece atrativos maiores para as elites agrárias e industriais — do que para os camponeses e trabalhadores rurais. Minhas viagens e minhas pesquisas no Brasil em 1971 me levam a crer que, sete anos após o golpe militar que prometera reintegrar a nação nos moldes de “Ordem e Progresso”, a integração do campesinato ainda não foi realizada, se considerarmos a participação das massas nos assuntos políticos e econômicos do país. O camponês que trabalha arduamente nos campos ou que caminha pelas longas estradas empoeiradas em busca de um novo campo para trabalhar está seguramente consciente das realizações do desenvolvimento e do crescimento econômico que marcaram a época pós-revolução de 1964. Por outro lado, ele também tem consciência das crescentes disparidades que tornam ainda mais duras as realidades da vida no campo brasileiro.

Existe na sociedade brasileira um “dualismo” peculiar, não de sistemas separados e isolados, ou em confrontação tensa, mas sim de segmentos ligados simbioticamente através dos tempos que torna o camponês parte integrante da vida nacional, embora limite ao mesmo tempo sua participação integral naquela vida boa. Isto não é apenas uma maneira complicada de dizer que o camponês brasileiro é essencialmente um cidadão de segunda categoria. É a forma de definir o dilema que estou tentando esclarecer, e nos capítulos subsequentes, sobre a maneira pela qual o camponês é obrigado a produzir um sistema do qual na realidade ele não participa.

Neste ou explorar as dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais deste dilema, com vistas a colocar os diversos tipos de camponeses na perspectiva correta do Brasil contemporâneo. Quero tirá-los das sombras da história brasileira, às quais têm sido relegados, e esclarecer seu papel no desenvolvimento da nação. Para tal serão necessárias uma perspectiva peculiar e uma estratégia especial. Isto significa, para começar, que devo apresentar o campesinato brasileiro, em todas as suas diferentes manifestações como sendo simplesmente um conjunto de elementos constituintes, dentre muitos outros, de um sistema social complexo mas unitário. Os múltiplos elementos, ou segmentos, que constituem este sistema estão relacionados de maneiras que determinam tanto o seu caráter individual quanto o caráter do sistema como um todo. Além do mais, as

relações entre estes conjuntos de elementos e determinados fatos históricos redefinem e condicionam o caráter dos segmentos e *o todo* em determinados pontos no tempo, fornecendo, deste modo, uma série de novas configurações isto é, “sistemas-de-época”, tais como o colonial, o imperial, e o republicano que, em determinadas circunstâncias, ajudam a salientar o aspecto temporal de nosso estudo. Mais importante para a presente tarefa é o fato de que a dinâmica destas complexas inter-relações altera a própria natureza da relação da parte com o todo neste caso a relação do campesinato, tanto diferencialmente quanto definido de maneira geral, com cada um desses sistemas constituindo assim um conjunto de *processos integrativos* que são receptivos tanto à pesquisa histórica quanto etnográfica, como espero demonstrar nos capítulos seguintes.¹

Não tenho a pretensão de poder examinar neste livro a totalidade dos processos integrativos do complexo sistema social. Nos capítulos que se seguem, tentarei focalizar exclusivamente a maneira pela qual segmentos da população que eu designei coletivamente de campesinato² têm-se

¹ Além dos materiais antropológicos de natureza geral sobre a sociedade e a cultura camponesas, o excelente estudo de Eric Wolf “The Mexican Bajío in the 18th Century: an Analysis of Cultural Integration” (1955) e o livro de Clifford Geertz intitulado *Agricultural Involvement: The Processes of Ecological Change in Indonesia* (1966a), forneceram-me modelos importantes para este empreendimento. Embora o rigoroso exame feito por Wolf das variáveis econômicas que influem no desenvolvimento de um complexo regional sociopolítico apresente profundas divergências em relação à visão abrangente de Geertz sobre os efeitos que teve o sistema colonial holandês sobre os processos ecológicos e econômicos de Java, os dois trabalhos influenciaram de modo crucial o meu próprio pensamento a respeito do estudo do campesinato brasileiro.

² Embora eu esteja obviamente preocupado neste volume com uma variedade de tipos socioeconômicos rurais, a designação de um “campesinato” serve tanto como uma síntese quanto como uma referência clara a um amplo corpo de trabalhos antropológicos e de outras ciências sociais sobre o assunto.

A definição antropológica básica de um camponês se encontra na já clássica afirmação de Alfred Kroeber:

“Os camponeses são decididamente rurais – no entanto vivem em relação com as cidades-mercados: eles formam um segmento de classe de uma população maior que geralmente compreende também centros urbanos, às vezes capitais metropolitanas. Eles constituem sociedades parciais com culturas parciais. Não têm o isolamento, nem a autonomia política e a autossuficiência das populações tribais; mas suas unidades locais retêm muito de sua antiga identidade, integração e ligações com solos e cultos” (1948:284).

Os componentes desta definição básica foram muito ampliados e aprimorados por diferentes escritores que enfatizaram, em graus variados, os critérios culturais, estruturais, sociais,

econômicos ou políticos mencionados na breve definição de Kroeber. Muitos autores generalizaram suas discussões a fim de incluir os artesãos e os intermediários do mercado, que também integram a sociedade camponesa. Todas as definições antropológicas de camponeses, ou de sociedades camponesas, podem ser classificadas em dois grupos principais: aquelas que enfatizam os aspectos culturais do modo de vida rural e aquelas que se concentram nos atributos socioestruturais e econômicos do sistema.

A escola cultural teve início e é ainda mais bem representada pelos escritos de Robert Redfield (1906). Embora nunca houvesse excluído as relações sociais características que ajudam a definir uma sociedade camponesa, Redfield preferiu salientar o componente cultural na descrição do modo de vida do camponês. Ele se preocupou primordialmente com os aspectos tradicionais da sociedade camponesa, centrando sua atenção nos sistemas de ideias, *ethos*, e na visão do mundo que para ele melhor identificariam este grupo social. Era bem consciente das ligações sociais simbióticas que existem entre os segmentos rurais e urbanos da sociedade e incluiu “camponês” como uma categoria intermediária no processo de mudança social que vai do “folclórico” ao “urbano”. No entanto, subordinou suas perguntas relativas à estrutura destas relações a uma discussão mais geral sobre a participação restrita do camponês nas tradições culturais do grupo social dominante. Redfield nunca teve a intenção de estimular uma geração de antropólogos a focalizarem apenas a “pequena comunidade” com exclusão da unidade social mais ampla da qual o povoado é uma parte intrínseca, e não pode ser acusado de negligência na qual muitas vezes caiu este aspecto de seu trabalho. Ao contrário, suas discussões gerais e ecléticas sobre as múltiplas facetas da sociedade camponesa, serviram para nos lembrar da complexidade do sistema social que estamos estudando.

Uma abordagem socioestrutural bem mais rigorosa pode ser encontrada na obra de Eric Wolf, que define os camponeses como cultivadores rurais em um sistema estatal no qual uma classe social dominante retém sobre sua produção. Um aspecto significativo da dependência do camponês é o pagamento do *fundo de renda* em dinheiro ou em espécie, pelo uso da terra a alguém que se coloca numa posição de superioridade (1966:9-10). Segundo Wolf, os camponeses são “... cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida e para distribuir o restante entre os grupos da sociedade que não cultivam a terra mas devem ser alimentados, dando em troca bens ou serviços específicos” (*ibid.*, 3-4).

Na sua obra anterior, “Types of Latin American Peasantry”, Wolf limitou sua pesquisa ao produtor agrícola com controle efetivo da terra e cuja finalidade é a subsistência e não o reinvestimento (1966:453-54). Ele nos forneceu importantes critérios organizacionais e apropriados processos decisórios para se distinguirem os diversos tipos de camponeses mas propositalmente estreitou o seu campo de pesquisa, excluindo os parceiros ou meeiros, os arrendatários, os pescadores e uma gama de artesãos e de artífices que compõem uma parte integrante da sociedade camponesa. Raymond Firth, por outro lado, oferece uma definição de camponês extremamente ampla. Ele afirma que a palavra camponês se refere a um “... sistema sócio-econômico de produtores de pequena escala que dispõem de uma tecnologia não-industrial relativamente simples” (1964:17). O sistema é essencialmente rural e depende da existência de um mercado. O conceito de Firth envolve portanto “um conjunto de relações estruturais e sociais e não uma categoria tecnológica de pessoas envolvidas na mesma

relacionado com os outros segmentos da população, e sua relação com determinados fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais ao longo do tempo. Em outras palavras, o meu objetivo neste livro foi conhecer o modo pelo qual o campesinato tornou-se uma parte do sistema social brasileiro e não a totalidade do sistema em si.³

Para facilitar esta tarefa, vou examinar separadamente os processos de integração em cada um destes diversos aspectos. Isto é, tratarei separadamente das dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais da integração camponesa no sistema social brasileiro. Estrategicamente, e usando o artifício heurístico, poderei acompanhar as transformações na realidade camponesa, observar o seu modo de integração nos sistemas regionais e nacionais ao longo de diversos eixos, podendo assim simplificar e, portanto, contribuir para clarificar o que realmente significam estes processos históricos. Obviamente, a separação destes aspectos é artificial, já que as dimensões ao longo das quais se processa a integração estão articuladas, de inúmeras maneiras, em um processo unitário.⁴ Assim, por

atividade” (*ibid.*, 18). Assim sendo, um camponês é um camponês não em decorrência do tipo de trabalho que ele faz, mas devido ao visível conjunto de relações que o ligam à sociedade mais ampla.

Em um estudo anterior sobre inovações e mudança em uma pequena comunidade do Nordeste brasileiro, usei definições amplas de camponês e de sociedade camponesa que incluíam os pescadores e os artesãos. Na minha opinião, os pescadores são estrutural e funcionalmente análogos aos agricultores vis-à-vis à sociedade mais ampla da qual fazem parte. Os pescadores também pagam um tipo de aluguel, sob a forma de partilha do produto diário da pesca ou sob a forma de porcentagem regular paga às agências locais da colônia dos pescadores. Ao mesmo tempo, a produção artesanal contribui de tal modo para a manutenção da economia tradicional que os artesãos não poderiam ser excluídos da definição de sociedade camponesa. A necessidade de diferenciar internamente a categoria geral de um campesinato tornar-se-á clara nos capítulos 3 e 5.

³ Schmitter (1971a), da mesma maneira que Smelser, aplicou o conceito de integração ao Brasil no sentido do empregado por Durkheim de diferenciação estrutural ampliada e de reconstelação das partes, a fusão dos elementos de uma nova configuração. Embora eu me interesse pelo caráter destas novas configurações, estou especificamente interessado, neste volume, pelo lugar ocupado pelo campesinato em cada uma delas.

⁴ Leonard Binder escreveu que “a relação política entre uma elite modernizante e a massa tradicional, uma das questões políticas principais em todos os países em desenvolvimento... é a questão da integração nacional” (1964:624). Mas a questão da integração nacional, a relação entre a elite modernizante e a massa tradicional, não pode ser discutida em relação à política e exclusivamente em termos culturais, como observou Chandra Jayawardena (1964:907) no comentário que escreveu sobre a obra de Geertz et al., *Old Societies and New*

exemplo, na realidade do sistema sociocultural brasileiro, é impossível examinar a política sem refletir sobre estratificação social e ideologia; assim como o estudo da estratificação social e da ideologia exige um embasamento na economia e na estrutura agrária. Estes dois campos, conjuntamente, um sistema de “feedback” extremamente complexo, do qual faremos apenas uma breve abordagem.

A complexidade deste sistema, como veremos, transcende as limitações de tempo e lugar. Ela exige que este estudo não seja limitado a comunidades ou grupos de pessoas estritamente definidas como entidades e sim que seja adotado um enfoque fluido dos processos de interação entre os setores da população num sistema extremamente vasto. Isto conduz, evidentemente, a um distanciamento significativo da costumeira escolha antropológica de unidade de estudo tanto temporal quanto espacial. Para começar, já que o objetivo de estudo – o campesinato brasileiro – emerge, numa variedade de formas, de um conjunto de processos identificáveis no registro histórico, e é posteriormente diferenciado e modificado na medida em que os próprios processos sofrem transformação, não pode ele ser definido *a priori*, nem mesmo situado em um tempo e lugar específicos. Isto não quer dizer que uma história local e limitada não possa fornecer uma válida visão de alguma expressão particular deste complexo fenômeno social, nem que um simples caso etnográfico não possa ser ilustrativo, ou mesmo permitir alguma explicação do fenômeno mais geral.

O que ocorre é que a diversidade de tipos de camponeses que aparece no panorama brasileiro constitui uma parte do sistema socioeconômico e político rural que é, por sua vez, parte de um sistema social e mais amplo. Estudos contemporâneos de sociedades camponesas reconhecem este fato explicitamente. É, assim, cada vez mais reconhecido que a história local e a história nacional não são a mesma coisa, e que frequentemente é preciso avaliar os acontecimentos de uma nos termos da outra. Por exemplo, é concebível que um acontecimento de vulto nacional não tenha repercussão direta e imediatamente na vida dos habitantes de pequenas cidades – muito embora isso seja improvável, como pretendo demonstrar nos capítulos que se seguem. É bem mais provável que um acontecimento local, digamos uma revolta efêmera, como aquela das vendedoras de peixe na remota vila de

States. Os processos de integração ocorrem ao longo de múltiplas dimensões – econômicas, sociais, políticas, culturais-ideológicas e devem ser examinados sob tais aspectos.

Coqueiral, Alagoas, no século dezenove, jamais entre nas páginas da história nacional, mesmo que a história seja gravada na imaginação das populações locais e seja transmitida de geração a geração. O ponto que quero estabelecer aqui é que, além do âmbito de sua importância e significado para a comunidade local,⁵ estas ocorrências locais precisam ser consideradas em relação a outras ocorrências de nível regional, nacional ou mesmo internacional.

As relações socioeconômicas e políticas que definem variedade de tipos de camponeses ao decorrer do tempo são, acionadas de um lado em localidades específicas. Por outro lado, estas relações devem ser compreendidas na perspectiva histórica mais ampla. Assim sendo, a reconstituição do enredo da revolta das vendedoras ambulantes de peixe na qual se diz que elas deceparam as cabeças de oito policiais da municipalidade, chamados para reforçar as novas repressoras regulamentações sobre a venda do peixe teria pouca utilidade no presente contexto. É uma história deliciosa: de como Maria Maloquia comandou o ataque das vendedoras de peixe e, segundo a lenda local, agachou-se e urinou na boca do sargento quando este implorou água. O acontecimento em si nos revela muito pouco, e sua análise apenas um pouco mais. Poderíamos extrair deste caso algumas afirmações sobre a estrutura das relações na comunidade local e sobre as reações aos decretos administrativos referentes ao aumento dos impostos e à localização da praça de mercado. Poderíamos extrair algumas outras generalizações, ainda que limitadas. Entretanto, não estaríamos esclarecendo o problema em consideração, que é precisamente o de definir a natureza do sistema dentro do qual se deu o ato, aparentemente isolado.

⁵ Ver, por exemplo, a excelente discussão sobre os “múltiplos” passados de uma aldeia específica na Índia de autoria de Cohn (1961), na qual ele indica dois tipos: 1) o passado tradicional, que é mitológico, legendário e origina-se das “tradições sagradas” do povo; e 2) o passado histórico, que são as ideias sobre os acontecimentos lembrados pelo povo da região. Ambos têm de ser examinados, por sua vez, em termos dos vários segmentos da sociedade atual, isto é, as castas no caso indiano. Segundo Cohn, “o passado tradicional funciona para legitimar a uma posição social atual e para fornecer um esquema de manutenção daquela posição ou para tentativas de melhorá-la. Fornece uma estrutura muito mais ampla do que os passados históricos locais. O passado tradicional relaciona grupos específicos a uma extensa rede social... o passado histórico explica, dá apoio ou fornece uma base para ação no sistema social local”.

Para obter a resposta a esta questão mais ampla teremos examinar a estrutura global da produção e as relações do mercado no país como um todo. Somente depois de ter feito será possível analisar como estas realidades mais amplas podem afetar a extensão e o significado da ação política em localidades específicas do Brasil rural. Em outras palavras, primeiro devemos definir as verdadeiras relações do poder, codificadas no Estado e modificadas no nível local, e só depois podemos avaliar como acontecimentos locais, tais como a revolta das vendedoras de peixe, são gerados, e o que significam. Em suma, para compreender a natureza da integração camponesa na sociedade brasileira temos que fazer a História trabalhar para nós, não apenas provendo o pano de fundo para uma cidadezinha específica ou para um grupo de pessoas em particular, nem pela elaboração de uma série de acontecimentos específicos, mas desvendando o campo dinâmico no qual se desenvolvem acontecimentos e relações concretas.

É exatamente isto que eu vou tentar fazer, nos três capítulos explicitamente históricos deste livro. No capítulo Dois, por exemplo, descrevo a emergência de um campesinato diversificado, consequência de relações socioeconômicas locais geradas no contexto de caráter comercial orientado para a exportação, e, baseado no sistema de sesmarias.⁶ A questão da integração mais claramente enfocada no capítulo Quatro, onde examino uma série de processos econômicos que, ao decorrer do tempo, definem as relações de mercado e os padrões mutantes da posse e do uso da terra no Brasil. Nesses dois capítulos, tento mostrar quadros históricos locais e sua relação aos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais que claramente os afetam, seja através de políticas deliberadas, articuladas pela administração colonial, ou pelas flutuações do preço do açúcar no mercado internacional, ou pelos processos de urbanização e industrialização no

⁶ Não pretendo, absolutamente, oferecer um exame histórico definitivo. Preocupo-me com o problema da representatividade das histórias locais e de sua generalização a um sistema total, um problema evidenciado tanto no capítulo 2 quanto no capítulo 4. Além disso, muitas questões serão obviamente levantadas sobre a natureza dos dados empregados nas análises. Informações demográficas limitadas e relatos de viagem, como foram utilizados no capítulo 2, são, sem dúvida, altamente sugestivos dos padrões que acredito estivessem emergindo, ainda que uma análise mais aprofundada dos registros de impostos e de terras, de testamentos, nascimentos, casamentos e de atestados de óbito, e quaisquer outros processos legais que ocorram, teriam dado um apoio muito mais significativo à argumentação.

Brasil. No capítulo Cinco, falo da necessidade de serem examinadas as inter-relações entre acontecimentos históricos e ideologias exógenas e descontinuidades históricas específicas brasileiras, e o seu efeito sobre os vários segmentos da população e a relação entre eles. Quero demonstrar como os acontecimentos e os comportamentos políticos locais se articulam com os processos políticos regionais e nacionais em cada período histórico no qual o campesinato brasileiro teve uma participação decisiva.

Para poder realizar esta tarefa devo, naturalmente, definir um rumo bastante difícil entre o macro e o micro, o geral e o específico, o nacional e o regional, aqui delineando uma visão ampla do campesinato brasileiro e ali elaborando distinções baseadas em pormenores retirados da minha própria pesquisa de campo e de outras fontes etnográficas e documentais.⁷ Para poder fornecer um quadro abrangente das classes trabalhadoras rurais brasileiras, vejo-me forçado a sair além dos limites da pequena comunidade, e a referir-me ao conjunto de dados, mais amplo e mais significativo, encontrado nos documentos oficiais e oficiais, nas estatísticas nacionais, nos estudos sociológicos, econômicos e políticos, e até mesmo na literatura, no folclore e nas artes. Os antropólogos há muito se deram conta da futilidade de tentar compreender um segmento tão amplo e variado da população, como o campesinato, através da descrição do estilo de vida de uma única comunidade rural. Embora seja inegável a riqueza de detalhes que se pode recolher das etnografias da vida nos povoados do Brasil rural, estes estudos nos fornecem uma extraordinária coleção de tipos camponeses, tornando extremamente difícil a tarefa de se dar um sentido a tal variedade. Poder-se-ia talvez, sintetizar todos esses estudos de comunidade na esperança de estabelecer um quadro amplo do qual se

⁷ É difícil para o antropólogo, treinado no método indutivo, e disciplinado em estudos *in situ* a nível local, sustentar, por um período longo, uma abordagem inteiramente *macro* de um fenômeno sócio-cultural, tal como um campesinato, que seria melhor compreendido através dos meios etnográficos. Ainda assim, o movimento entre o local e o nacional coloca um outro conjunto de problemas que deveria preocupar qualquer antropólogo envolvido no estudo de uma sociedade complexa: como podemos generalizar a partir da situação de campo específica e a partir de nossos próprios dados? Na medida em que nem a comunidade nem a região servem como um microcosmo do sistema social, como podemos justificar o uso de dados específicos como base para afirmações e generalizações? Pode-se mesmo postular uma unidade de população e de problemática que transcenda o âmbito local ou é unificável em uma única monografia abrangente sobre o campesinato brasileiro? Obviamente minha resposta a esta pergunta final é *sim!*

poderia extrair um tipo ideal da subcultura do campesinato, e ao qual se poderia fazer remissão sempre que uma referência empírica fosse necessária.⁸ No entanto, a simples descrição de um tipo; ideal de camponês não faria justiça à complexidade do sistema agrário brasileiro, como descrito nas páginas deste livro. Além disto, os estudos de comunidade realizados pelo Brasil nos anos 40 e 50, informativos como possam ser, não fornecem o material necessário para um retrato claro e decisivo das condições de vida, passadas ou presentes, do campesinato brasileiro. Nem,

⁸ Tem havido inúmeras tentativas antropológicas no sentido de definir um tipo subcultural camponês efetivamente distinto. Wagley e Harris (1955) chamaram a atenção um campesinato latino-americano em geral que inclui horticultores, ligados a economias regionais e nacionais e que exibem uma mistura derivada historicamente de padrões culturais europeus, indígenas e/ou africanos. Estes camponeses são claramente diferenciados dos índios modernos em virtude de seu envolvimento e sua identificação com a na "ao como uma entidade, e dos tipos citadinos de subculturas que servem de mediadores entre eles e a cultura nacional. Os camponeses também se diferenciam claramente dos trabalhadores em engenhos e usinas: "É a dependência e lealdade ao patrão, somada a característicos arranjos de propriedade fundiária, ocupação e organização comunal, peculiares ao regime de monocultura, que distingue as subculturas de engenho das subculturas camponesas" (*ibid.*, 435).

Por outro lado, o controle administrativo centralizado característico da usina resultou na ruptura das ligações personalísticas entre o patrão e o cliente, transformando o trabalhador agrícola em "proletário rural".

Em uma tentativa posterior de aprimorar a tipologia de Eric Wolf (1955) de comunidades camponesas "fechadas" e "abertas" na América Latina, Wagley (1963:159fs.) levou mais adiante a distinção entre vizinhanças camponesas e vizinhanças de grandes propriedades no Brasil, subdividindo suas categorias de acordo com a atividade de subsistência regional ou de lavoura comercial, e os respectivos padrões de propriedade da terra (açúcar, cacau, algodão, café etc.). No entanto, Wagley está primordialmente interessado na descrição do modo de vida na comunidade local, e não tenta esclarecer pormenorizadamente a natureza socioeconômica da sociedade camponesa em si mesma. Assim, por exemplo, ele acha que a comunidade camponesa é menos progressista do que a comunidade de grande propriedade rural, já que esta está ligada ao mundo exterior pela exportação da produção, enquanto a comunidade camponesa está isolada e tem comunicação limitada com o mundo exterior. Deste modo, ele procura descrever as atitudes que emanam dos diferentes princípios organizacionais subjacentes a dois tipos de estabelecimentos agrícolas, mas não consegue fazê-lo pelo fato de não explicar, de maneira sistemática, os mecanismos integrativos que definem um campesinato por oposição a um proletariado rural. Compare o seu ponto-de-vista, no entanto, com o de Furtado (1965:130-31) e com o do CIDA (1966:157), que levam em consideração os efeitos do mercado internacional sobre os trabalhadores de grandes propriedades rurais, mas que informam que esta é uma unidade bastante fechada e contida em si mesma para os seus trabalhadores, na medida em que os proprietários e os administradores desestimulam os trabalhadores de participarem do mundo exterior.

justiça seja feita, tiveram eles tais intenções. Essas etnologias estavam marcadamente voltadas para a descrição do estilo de vida dentro do tipo de comunidade selecionada para estudo (geralmente uma cidade ou povoado rural). Não estavam seus autores preocupados com os modos pelos quais os segmentos trabalhadores da população (representados parcialmente nestas pequenas comunidades) se articulam com outros segmentos da população da nação como um todo. Nos capítulos que se seguem, especialmente no terceiro, discutirei a diferenciação estrutural interna dentro do campesinato brasileiro, que resulta das numerosas formas de exploração do trabalho que, em conjunto, compõem a base para este complexo sistema agrário.⁹

Prosseguindo na interrogação acerca da unidade adequada para estudo, a complexidade do sistema agrário brasileiro nos faz confrontar outro problema importante. Além do substancial grau de diferenciação interna, o campesinato brasileiro também se revela grandemente diversificado em termos regionais, reflexo sem dúvida, da interação entre os fatores ecológicos e históricos específicos. Como já apontaram inúmeros autores, o Brasil é uma nação caracterizada por extremo regionalismo, e por extremos regionais. No entanto, o rico acervo de literatura sobre as regiões e o regionalismo brasileiros que tanta utilidade teve ao demonstrar a

⁹ Como veremos, o sistema agrário de que estou falando caracterizou-se, desde os tempos coloniais até o presente, pela produção nas grandes propriedades rurais de safras comerciais de exportação e da pecuária, sendo apoiado no abastecimento interno de gêneros alimentícios através dos mercados locais e regionais. A necessidade de mão-de-obra nos dois setores deste sistema econômico único gerou uma grande variedade de contratos econômicos e de tipos sociais rurais, incluindo camponeses, um proletariado rural assalariado, fazendeiros-colonizadores, e horticultores indígenas. Este livro versa apenas sobre um segmento da força de trabalho rural total brasileira, o campesinato. Nesta categoria, incluo parceiros, arrendatários, rendeiros e pequenos proprietários, que estão envolvidos primordialmente na produção de alimentos para o mercado interno. Como veremos, a natureza de sua ligação com o mercado interno é crucial para a nossa compreensão da sociedade camponesa e é um critério básico para distinguir os camponeses de outros trabalhadores agrícolas. A exclusão de outros trabalhadores rurais tem bom fundamento. Já esclareci que este livro trata de campesinato e não de uma descrição geral da vida no interior brasileiro. Consequentemente, discutirei os imigrantes japoneses organizados sob a forma de cooperativas produtoras e de comercialização em São Paulo, o horticultor/seringueiro de Mundurucu colocado à margem da economia amazônica, e/ou o trabalhador assalariado em propriedades de açúcar ou de café, somente quando a sua inclusão for necessária para esclarecer algum ponto a respeito da sociedade camponesa em si mesma. Através de semelhante especificidade, e pelo exame de um caso limite, espero projetar alguma luz sobre o fenômeno camponês em geral.

complexidade desta vasta nação agora contribui para obscurecer o fato de que o Brasil está passando por uma crise nacional que diz respeito a um segmento nacional de sua população. A ênfase anterior dada ao regionalismo nos estudos sociais brasileiros pode perfeitamente ter sido o reflexo de uma realidade anterior, quando as reivindicações regionais de privilégios dominavam um regime imperial fraco, e na Primeira República, quando os interesses agrários locais tinham voz preponderante numa frouxa federação de estados hegemônicos (deste assunto vou me ocupar amplamente no capítulo Cinco). Desde 1930, e certamente desde o golpe militar de 1964, o Brasil tem sido governado por uma fortalecida autoridade central, que é a medidora entre os segmentos estruturais, intimamente integrados, de uma nação moderna na qual as regiões vêm-se tornando claramente interdependentes. Sou levado desta forma, a me deter, não tanto em diferenças regionais, a partir da perspectiva de um microestudo de um pequeno segmento do campesinato brasileiro, mas sim nas semelhanças estruturais e culturais que definem o trabalho agrícola como categoria, inclusive em relação à nação como um todo, ponto ao qual voltarei nos capítulos Três e Seis.

Este livro trata, portanto, de camponeses e de trabalhadores agrícolas do Brasil todo, embora se baseie amplamente em dados recolhidos durante meu trabalho de campo na região do Nordeste.¹⁰ A mais antiga região do

¹⁰ Além da misteriosa Amazônia, da famosa cidade do Rio de Janeiro, e da imponente estrutura arquitetônica de Brasília, o Nordeste é talvez a mais conhecida das subdivisões políticas brasileiras, cujos problemas econômicos e sociais extremos o colocaram no primeiro plano da consciência internacional. Trata-se de uma região que tem recebido crescente atenção desde 1960, quando os relatos feitos pela imprensa sobre as condições ali existentes encheram as autoridades e o público americano do medo de que se repetisse uma nova Cuba, desta vez dentro da segunda maior nação do hemisfério, tanto em superfície quanto em população. O Nordeste começou a receber ajuda externa maciça depois de 1961, quando o Presidente Kennedy formalizou os canais existentes de doação na sua declaração de uma *Aliança para o Progresso*. Nos anos recentes, o Nordeste, assim como outras regiões subdesenvolvidas do mundo, atraiu a atenção dos planejadores econômicos, e ofereceu inúmeros exemplos para as análises dos teóricos do crescimento econômico. Também chamou para si a atenção de antropólogos, cientistas políticos e de inúmeros outros em busca do “tradicional” e do “folclórico”, do segmento retrógrado das sociedades humanas complexas que poderiam ser estudadas “no processo da mudança social”. A este respeito, é significativo o fato de que foi no Nordeste, assim como nos centros urbanos do Rio de Janeiro – São Paulo – Minas Gerais que formam o triângulo industrial, que as maquinações dos líderes políticos populistas e dos líderes religiosos reverberaram na consciência nacional

país e, em outra época, a mais opulenta –, o Nordeste suscita hoje preocupação nacional e mesmo internacional devido ao seu estado geral de subdesenvolvimento e de miséria humana. Região caracterizada por vastos latifúndios que reduzem ainda mais as poucas oportunidades na vida de um campesinato carente de terras, o Nordeste tipifica o problema mais sério da nação que brevemente será obrigada a uma busca, desesperada e honesta, de soluções.¹¹ Pois a tragédia humana que se exhibe tão cruamente no Nordeste não é um problema que se limite somente àquela região – ele se estende através do interior de todo o Brasil. A crise agrária, com seus efeitos debilitantes sobre a nação toda, não pode ser disfarçada pela afluência daqueles poucos que são privilegiados, e nem vista como crise regional. O problema camponês não é um problema exclusivo do Nordeste. É um problema nacional, intimamente ligado aos bons êxitos de várias culturas de exportação que dominaram as economias regionais e nacionais do Brasil pela maior parte de sua história, e também ao crescimento, mais recente, das cidades e da indústria, como vou analisar no capítulo Quatro. Somente quando se estabelecer as dimensões do problema nacional e houver um empenho sério de enfrentá-lo, poderão ser procuradas soluções que levem em conta as importantes diferenças regionais e locais.

Naturalmente, a crise agrária e a sua solução têm muito que ver com a maneira pela qual os vários segmentos da força de trabalho agrícola estão integrados na economia nacional no processo político. Afirmar simplesmente que devemos investigar além dos limites da pequena comunidade equivale a não compreender as dimensões deste problema. Assim agindo estaremos apenas recriando o dilema conceitual e

da classe média, estimulando ainda mais o golpe de estado militar que retirou a autoridade civil das mãos do Presidente João Goulart (Jango) em abril de 1964.

¹¹ O problema mais conhecido do Nordeste é, naturalmente, as secas periódicas que devastam a terra, matam o gado e as lavouras, e deslocam centenas de milhares de camponeses empobrecidos e de trabalhadores agrícolas sem terras, em migrações de massa para as cidades costeiras ou para áreas agrícolas mais viáveis em outras partes da nação. Acredita-se que a seca de 1877-78 tenha tido um total de vítimas humanas superior a quinhentos mil e tenha forçado o deslocamento de um enorme contingente de mão-de-obra para as trilhas da borracha na Amazônia. Quase cem anos mais tarde, a seca de 1970-71 matou um inestimável número de pessoas e provocou a organização de grupos de trabalhadores para a construção de poços, de açudes e de estradas, uma estratégia federal de combate à seca que deixa de reconhecer os problemas fundamentais de ordem social, econômica e política que constituem o flagelo básico deste panorama.

metodológico que tem perseguido os antropólogos que pesquisam sociedades camponesas desde que Kroeber pela primeira vez definiu o nosso universo de investigação como constituído de “sociedades parciais com culturas parciais” (1948:284) i.é., a natureza precisa da relação entre a parte e o todo. Uma geração inteira de antropólogos tentou resolver este problema focalizando vinculações – *patrões-clientes* (Wolf 1966a, 1966b; Foster 1963, 1965); *os intermediários de cultura** (Wolf 1956; Geertz 1960); *articuladores* (Redfield 1960); *mediadores* (Silverman 1965); *redes* (Barnes 1954; Cohn and Marriott 1958; Beuchler e Beuchler 1971); *quase-grupos* (Mayer 1966); ou *agentes* (Nash 1965) através dos quais a localidade específica é ligada à nação.¹² Não vou negar que as estruturas através das quais o camponês é vinculado aos assuntos nacionais estejam ligadas intersticiamente, elas próprias definindo o segmento camponês na sociedade. Isto é, politicamente, economicamente, socialmente e culturalmente existem indivíduos ou grupos de indivíduos que se interpõem entre o camponês e as instituições nacionais, exercendo posições estratégicas nas linhas de comunicação e frequentemente limitando o acesso dos camponeses às instituições nacionais.

No entanto, ao focalizar a sua atenção nestas vinculações, nestes *meios de articulação* per si, os antropólogos estavam apenas descrevendo os pontos nos quais se ligam comunidade e nação – ainda concebidos como sistemas analisáveis em separado –, assim tendendo a ignorar ou negligenciar o fato crucial, de que estas unidades de estudo recém-definidas são simplesmente agentes de forças históricas mais amplas que atuam sobre o sistema social. Por exemplo, o conceito de “patrão-clientela” provou ser instrumento útil para a descrição de um conjunto importante de relações de dependência em sociedades agrárias. Como assinalo nos capítulos Três e Cinco, este conceito fornece a essência para uma análise da dinâmica do comportamento interclasse no Brasil rural. No entanto, concentrar-se na

* culture-brokers, no original (N. do R.).

¹² Ver, por exemplo, a afirmação de Wolf no sentido de que “o México – ou qualquer sistema complexo – é ... a teia de relações grupais que ligam as localidades às instituições a nível nacional. O foco do estudo não são comunidades, mas os grupos de pessoas” (1956:52). Wolf prossegue para dizer que nós “... podemos atingir uma maior síntese no estudo das sociedades complexas ao focalizarmos nossa atenção nas relações entre os diferentes grupos que operam em diferentes níveis da sociedade, ao invés de nos concentrarmos em quaisquer de seus segmentos isolados” (*ibid.*, 63).

dinâmica interna destas relações de troca a ponto de negligenciar o contexto, em constante fluxo e no qual elas ocorrem, obscurece o fato de que o conceito patrão-clientela é pouco mais do que um *modo de integração* entre classes sociais, cujas formas e conteúdos variam consideravelmente com o tempo (Silverman 1965; Scott 1972a, 1972b).

Basicamente, a maior parte dos estudos de agentes mediadores constitui apenas variações de filosofias incursionistas, que descrevem uma povoação ou um conjunto de povoações no presente etnográfico e então pinçam os instrumentos da mudança social – estradas, mercados, eletricidade, alfabetização –, com os quais a sociedade mais ampla começa a efetuar a transição local de “tradicional” para “moderna”.¹³ É desnecessário dizer que esta trajetória de “fora para dentro” das ligações que unem a comunidade à nação é demasiadamente estreita para explicar a complexidade das relações que definem o mutável sistema agrário brasileiro. Mais uma vez, não devemos olhar para comunidades ou grupos de pessoas (vistas como entidades ou unidades definidas), mas sim para processos de interação nos quais não só o camponês *recebe* conhecimentos, bens, benefícios e outros itens que o *invadem*, e aos quais ele deve adaptar-se, mas nos quais também segmentos interdependentes de um sistema social unitário agem um sobre o outro de modos reconhecíveis e recíprocos. Por exemplo, é insuficiente indicar, como é de costume nos estudos antropológicos deste tipo, que o camponês está amarrado ao mercado por uma necessidade de vender o produto em troca de dinheiro vivo, com o qual vai comprar bens de consumo e serviços necessários. Pois é nesta sua vinculação sistema de comercialização, e aos sistemas sociopolíticos mais amplos, que se encontra tanto a definição do setor campesino quanto a do sistema agrário propriamente dito.

¹³ Em uma atenta investigação *Area Research*, Julian Stewart escreveu, “são poucos os estudos que procuram mostrar de que maneira a sociedade mais ampla afeta a comunidade que está sendo investigada; e não existe qualquer estudo que se proponha a conceitualizar totalmente, e em detalhe, a relação entre a comunidade e o todo mais amplo” (1950:23). Ainda assim, ele defende a abordagem do estudo de comunidade e deseja “relacionar, de maneira mais explícita e mais completa, a pequena cidade à sociedade extracomunitária mais ampla” (*ibid.*, 31). Em um estudo posterior, ele sucumbe ao acautelar os antropólogos no sentido de se aterem ao seu próprio âmbito, deixando o estudo das instituições nacionais a sociólogos, cientistas políticos e economistas, e sugeriu que a “contribuição” antropológica ao estudo de sociedades complexas pode ser feita através da descrição das “manifestações” das instituições nacionais a nível local (1955).

Está bem claro que o camponês brasileiro está integrado num sistema do qual só parcialmente participa. Ele é ao mesmo tempo um produtor de mercadorias e um consumidor de uma grande variedade de bens, alguns produzidos localmente e outros vindos dos principais centros industriais da nação. A organização da vida econômica camponesa representa uma reação cuidadosamente equilibrada ao seu duplo papel de produtor e consumidor.¹⁴ Este equilíbrio é precário, e muda significativamente à medida em que a comercialização avança no campo. Assim, é a forma e função do seu vínculo com o mercado, e não o simples fato desse envolvimento em si, que tem consequência ao nível local.

Há várias especulações sobre o grau de envolvimento dos camponeses na economia de mercado (Wolf 1966: 41ff.; 1968: xiv; Dalton 1967a:75; 1967b:156-57; Miracle 1968; Wharton 1963). Por um lado, há os que vêem os camponeses como sendo essencialmente orientados para o mercado, formulando suas decisões de produção de acordo com

¹⁴ O economista russo A.V. Chayanov (1966) contribuiu de maneira significativa para a nossa compreensão dos aspectos organizacionais das economias camponesas. Utilizando dados dos relatórios dos *zemstvo* pré-revolucionários, Chayanov descreve o contingente familiar de mão-de-obra russa nas “fazendas camponesas” e estabelece o contraste destas com as “fazendas comerciais” que operam como empreendimentos especulativos. A transição de uma para outra é caracterizada por uma mudança decisiva nos processos decisórios na fazenda. O chefe da “fazenda camponesa” faz uma avaliação subjetiva dos retornos marginais derivados de aumentos nos insumos de mão-de-obra por comparação com as necessidades de consumo da família, que são satisfeitas, em grande parte, pela produção em espécie. A “fazenda comercial”, por outro lado, comercializa os produtos em troca de dinheiro, que é usado para satisfazer as necessidades do consumidor. Segundo Chayanov, a atividade econômica na “fazenda comercial”, onde a mão-de-obra contratada recebe salários estipulados com base em uma estimada margem de lucro, leva à análise quantitativa. No entanto, os cálculos quantitativos não eram feitos no caso da “fazenda camponesa”, que não contratava mão-de-obra e que não pagava salários. Como uma alternativa, Chayanov sugeriu o equilíbrio mão-de-obra-consumidor, no qual as decisões dos camponeses são feitas em termos de avaliações subjetivas da satisfação da demanda comparada com o esforço do trabalho. A consecução de tal equilíbrio – o equilíbrio interno da fazenda – permitiu a operação com êxito da “fazenda camponesa” e, segundo Chayanov, assegurou-lhe a competitividade a longo prazo com as fazendas capitalistas. “Uma análise organizacional das atividades econômicas da família camponesa é a nossa tarefa – uma família que não emprega mão-de-obra de fora, que tem disponível uma certa área de terra, tem os seus próprios meios de produção e é às vezes obrigada a gastar uma parte de sua força de trabalho em trabalhos e atividades não-agrícolas” (1966:51). Chayanov acreditava que a organização destas fazendas em cooperativas suprimia a necessidade da coletivização como a única alternativa à concentração capitalista da terra.

informações de preço, esquemas de demanda e outros fatores deste mesmo tipo. Outros argumentam que o camponês é basicamente um produtor de subsistência que interage no mercado somente para satisfazer suas necessidades domésticas imediatas. Neste último caso, presume-se que na sociedade camponesa típica-ideal, o pequeno proprietário agrícola se movimenta entre a subsistência e a produção limitada para o mercado com uma sabedoria (conhecimento de causa) que lhe garante tanto sua sobrevivência quanto sua segurança. Com a penetração da comercialização no campo ocorre, conseqüentemente, a quebra da estrutura institucional tradicional, resultando daí o descontentamento camponês.¹⁵

No caso brasileiro, os efeitos catalíticos da comercialização não são facilmente perceptíveis. Em primeiro lugar, a natureza mutável da economia brasileira torna fugidia uma definição de base de um campesinato autossuficiente. O camponês brasileiro esteve sempre atado a uma economia monetizada como vou demonstrar no capítulo Dois. Desde o período colonial, a sua produção tem sido dirigida, de um modo ou de outro, para o setor de exportação da economia, seja pelo cultivo de safras diretamente comerciais, seja pelo fornecimento de alimentos aos produtores através dos mercados rurais. Além das exigências de trabalho impostas às grandes propriedades monocultoras, havia inúmeros casos de legislação sobre a produção e a distribuição das colheitas de alimentos básicos, o que torna evidente o tipo de demanda à qual os camponeses foram forçados a se adaptar.

De fato, é difícil precisar um tempo ideal no passado histórico em que a participação dos camponeses brasileiros na arena do mercado foi determinada *puramente* pelas suas necessidades domésticas de consumo. O camponês certamente trocava ou vendia parte do que produzia a fim de poder obter aquelas mercadorias que ele próprio não tinha meios de produzir. Ele contava com o trabalho da família e com o trabalho recíproco de vizinhos e amigos para o plantio e a colheita das safras. Na medida em que a porção maior de sua produção era consumida em casa e somente o excedente era comercializado na praça de mercado, podemos dizer que “subsistia”. A segurança para sua pessoa e sua propriedade, e o bem-estar

¹⁵ Ao adotar esta última abordagem, Wolf (1968:xv, 276fs, et passim) consegue usar a comercialização como a força catalizadora da mudança revolucionária nas sociedades camponesas.

econômico de sua família, estavam garantidos na medida em que ele conseguisse manter o controle da terra que cultivava. Mesmo hoje, o camponês que cultivava alimentos em terra que ele próprio controla pode reverter a um padrão de produção de “subsistência” se necessário. Por exemplo, quando cai a demanda de uma safra comercial, quando os preços caem brutalmente no mercado internacional, ou quando a inflação diminui substancialmente o seu poder aquisitivo, o camponês pode apertar o cinto e subsistir, por algum tempo, com base na sua própria produção.

Esta possibilidade de controlar os processos de produção e de planejar as estratégias que mais adequadamente satisfazem as necessidades do camponês tornam-se mais difíceis, é claro, em situações nas quais os agricultores que se dedicam à produção de safras de exportação, tais como café ou açúcar não podem converter facilmente as suas propriedades para a produção de alimentos de consumo imediato. É precisamente nestas situações, em que a segurança do camponês é ameaçada porque ele não está mais em condições de decidir no que se refere à utilização de sua terra ou quando ele não está em condições de competir pela terra no mercado livre (o que ocorreu, como fenômeno generalizado, no Brasil nos anos 1950 e 1960, mas também em uma série de ocasiões específicas anteriores) que é mais provável a demonstração do seu descontentamento de modo público. Isto não quer dizer que a simples inclusão do camponês na economia de mercado o transforme num revolucionário. O que ocorre é que grandes tensões são geradas, e a radicalização tende a ocorrer, quando há uma ameaça explícita aos seus meios de vida e ao seu sentido de segurança. Não se trata aqui de grau de envolvimento no mercado em si, mas, é antes, o reflexo da estrutura especial das relações de produção e de troca que caracteriza uma economia local, regional ou nacional no tempo e no espaço, um processo de *integração econômica* do camponês que vou examinar mais detidamente no capítulo Quatro.

Não há dúvida de que o princípio básico organizador no setor camponês de economia é a maximização da segurança e a minimização do risco. Num trabalho anterior, analisei as estratégias que explicam as diferentes aceitações e rejeições das inovações na economia camponesa da pesca de jangada no Nordeste brasileiro (Forman 1970). Verifiquei que aqueles pescadores faziam seus cálculos em termos de um coeficiente de produção trabalho-energia que lhes oferecia o máximo de retorno pelos

esforços despendidos.¹⁶ A energia total por eles aplicada na economia pesqueira era um reflexo de suas expectativas de retorno, calculadas de acordo com as necessidades de suas famílias, cujos membros contribuíam de maneira importante para a manutenção dos padrões econômicos tradicionais. As expectativas de retorno podiam ter, e frequentemente tinham, uma referência monetária. No entanto, as considerações sobre os retornos do trabalho despendido eram baseadas no poder aquisitivo para as necessidades do consumo doméstico, mais do que na busca de dinheiro para reinvestimento deliberado num empreendimento em expansão.

Estes camponeses brasileiros faziam cálculos racionais coerentes com os princípios do mercado, embora suas decisões fossem também baseadas num conjunto de fatores ecológicos, políticos, sociais e culturais que constituíam o seu meio ambiente global. Em lugar de operações duplas que caracterizam a empresa familiar, na qual os proprietários investem trabalho e capital em sua firma, – a qual, por sua vez, procura maximizar sua vantagem independente em termos de lucros marginais e de capital para reinvestimento – a unidade doméstica não-diferenciada do camponês voltava-se para um sistema de poupança e de crédito, que era essencial para a manutenção do sistema econômico tradicional. Estas duas modalidades econômicas, a unidade doméstica do camponês e a firma, representam modalidades diferentes de orientação de valores, obviamente determinadas pelo lugar que ocupam dentro do sistema econômico geral. Ambas estão ligadas ao mercado, de formas diferentes e com finalidades distintas. Cada modalidade tem um conjunto de padrões culturais em função dos quais a produção é, num certo sentido, dirigida, mas uma tem por finalidade a segurança, e a outra a maximização do lucro.¹⁷

¹⁶ Compare esta afirmação à de Chayanov: “A maior vantagem ou desvantagem de qualquer iniciativa econômica específica na fazenda camponesa é decidida, não através de cálculos aritméticos de renda e de dispêndio, mas mais frequentemente, pela percepção intuitiva quanto a ser esta uma iniciativa economicamente aceitável ou não. Do mesmo modo, o planejamento organizacional da fazenda camponesa é construído não por um sistema de estruturas lógicas correlatas e de raciocínios, mas pela força de continuidade e da imitação, da experiência e da seleção, ao longo de muitos anos e não raro de modo subconsciente, de métodos de trabalho econômico bem sucedidos” (1966:119).

¹⁷ Não pretendo dizer que a aquisitividade não seja uma característica das sociedades camponesas, mas sim que, mais frequentemente, ela toma a forma específica de posse de objetos materiais, valorizados em si próprios, usados como uma proteção contra a inflação, e manipulados como forma de poupança (Forman 1970:105fs., 126).

O camponês brasileiro acha-se enredado num sistema comercial que eventualmente vai enfraquecer o caráter do setor camponês da economia. O camponês é obrigado a vender a sua produção para obter dinheiro para a compra de inúmeros produtos manufaturados que rapidamente se tornam parte de suas necessidades de consumidor. A demanda urbana de uma crescente produção e de um contínuo suprimento de produtos agrícolas une-se às pressões domésticas que condicionam seu esforço produtivo. Para satisfazer as necessidades da nação, o camponês é solicitado a buscar o aumento de sua produtividade e é assim por vezes obrigado a contratar trabalhadores para ajudá-lo na sua produção para o mercado, fato que resulta em redução de sua renda real. Para poder satisfazer às necessidades de sua família e às suas próprias, ele é constantemente levado a procurar renda adicional, para isso assumindo muitas vezes o papel do intermediário no mercado. Frequentemente os pequenos ganhos com uma agricultura de queimada e de enxada, somados ao acesso limitado a recursos de apoio, forçam o camponês a vender o seu trabalho, e o de sua família, no mercado.

Sem qualquer dúvida, estes processos de integração tornam-se mais agudos na medida em que ocorre a modernização. As populações urbanas e as indústrias submetem o setor agrícola a árduas exigências que o camponês está mal preparado para atender. Isto leva, como vou demonstrar no capítulo Quatro, a uma reestruturação das relações de mercado que provoca mudanças tanto no sistema de propriedade quanto no sistema de uso da terra. Na pior das hipóteses, ocorre uma consolidação e concentração crescentes da propriedade e o camponês perde sua terra. Na melhor, através do envolvimento com a economia de mercado, o camponês fica sujeito a uma ampla gama de controles econômicos. As suas decisões no que se refere à produção são tão afetadas pelos setores urbanos e industriais da economia quanto pela demanda local e por suas próprias necessidades de consumo.

O avanço do sempre crescente latifúndio sobre as pequenas propriedades independentes e os arranjos socioeconômicos entre o proprietário e o arrendatário ou o parceiro afetam substancialmente as estratégias produtivas do camponês. O pequeno proprietário tem que lutar para competir na arena do mercado, e frequentemente é vítima dos excessos do intermediário. O parceiro é instruído sobre que cultura deve plantar, quando e a que preços ela será vendida. O arrendatário fica sujeito à

vontade do proprietário que define sua ocupação da terra, a escolha e a localização de sua plantação, seu direito de criar gado, e o número e os tipos de árvores frutíferas que pode plantar. O camponês é, além disso, afetado pela legislação que controla a distribuição de seu produto. Ele paga impostos pesados, tem de comprar licenças e pagar taxas, e é instruído até sobre onde e a que preços deve vender o seu produto. Essas questões serão discutidas em profundidade no capítulo Três. O importante a frisar por ora é que esses controles não são meramente os caprichos do proprietário, do prefeito, ou do coletor de impostos, mas sim o resultado das decisões racionais dos homens no poder num sistema socioeconômico e político no qual a terra, o trabalho e o capital são todos bens a serem trocados no mercado e dos quais deve-se tirar o proveito máximo.

Naturalmente, é possível dar ênfase aos processos de integração econômica na definição de um campesinato, às custas de importantes critérios culturais, como observou Charles Wagley (1968:20).^{*} Um campesinato, visto como fenômeno socioeconômico, pode ser encontrado em muitas sociedades contemporâneas e passadas, e é fácil identificar uma série de semelhanças estruturais que têm alguma validade intercultural (Bloch 1966:446; Wolf 1966a). A meu ver, entretanto, um campesinato também deve ser examinado contextualmente, isto é, dentro do meio sociocultural específico no qual se encontra engravado, e que lhe dá seu caráter peculiar. Por exemplo, o campesinato brasileiro emergiu de um conjunto específico de circunstâncias históricas, como subproduto de um sistema de comercialização, interna e externa, em desenvolvimento. Ele se integrou na nação brasileira por meio de um conjunto hierárquico de relações mantidas por sanções sociais e econômicas explícitas, assim como por exigências mais sutis de um comportamento esperado. Temos, portanto, o dever de incluir um amplo espectro de dados socioculturais em nosso estudo.

Certamente, a análise do campesinato brasileiro seria incompleta sem uma pesquisa sobre as relações de dependência que caracterizam a sociedade brasileira. Com isto não estou me referindo somente às relações

^{*} Quando menciono “cultura” neste volume, estou me referindo aos símbolos e significados compartilhados que inspiram o comportamento (Geertz 1966b), e não simplesmente às manifestações de comportamento que geralmente têm sido o foco da atenção dos etnógrafos que trabalham na América Latina.

de exploração compreendidas nas definições usuais de campesinato, mas também, por exemplo, aos meios pelos quais o próprio camponês se utiliza da relação de dependência para com o patrão como parte de sua estratégia adaptativa de redução de risco. Qualquer discussão mais ampla sobre a conduta camponesa no Brasil requer um esclarecimento dos aspectos sócio-econômicos e culturais destas relações de dependência-do-patrão, as quais possibilitam proteção ao camponês e o expõem à cultura nacional, mas também o privam da possibilidade de crescimento individual e de participação significativa nos assuntos de Estado.

Estas relações de dependência são relações de classe às vezes relações interétnicas, cujo significado frequentemente é perdido na formalidade de muitas análises de classe e na rigidez de muitos relatos sociológicos de sistemas de estratificação. No capítulo Três vou examinar estes aspectos relacionais de classe social, em particular o componente ideológico expresso nas noções de submissão e obrigação, a fim de poder esclarecer a verdadeira natureza do comportamento interclasses no Brasil rural. No capítulo Cinco vou demonstrar como a forma e o conteúdo destas relações de dependência foram modificadas no curso da história política brasileira e examinar as várias formas que tomou a recente experiência política dos camponeses, na medida em que estes e outros trabalhadores agrícolas foram recrutados em massa para formar ligas camponesas “supralocais” e sindicatos rurais.

No entanto, precisamente porque todas estas relações encontram-se revestidas de um conjunto de entendimentos convencionalizados sobre o comportamento esperado em situações interclasse, torna-se necessária também a discussão de sua dimensão cultural, se quisermos perceber em profundidade a diferença crucial entre a extensão e o significado da ação política do campesinato. No Brasil rural, os símbolos ostensivos de *status* são óbvios; talvez não na mesma medida do que ocorre no sistema de castas da Índia, ou na marcação diacrítica da América do Sul andina. Ainda assim são reconhecíveis: a figura queimada de sol, vestido em algodão branco, de chapéu de palha, e segurando seu facão, os pés descalços riscando o chão, a cabeça baixa, o camponês brasileiro se dirige ao patrão com um “Sim, Senhor. Não, Senhor”, naquele característico tom de resignação, que beira a revolta. Não obstante, além de identificar este modo de vida camponesa com seu sabor distintamente brasileiro, e de descrever as diferenças de

atitude que distinguem o camponês de outros tipos de subcultura nacional, nós devemos estar igualmente aptos a descrever as manipulações dos códigos e dos símbolos culturais pelos vários segmentos do sistema social. Somente através deste procedimento podemos começar a explicar as formas mais sutis de controle social que são aplicadas ao camponês (como, por exemplo, “conhecer o seu lugar” ou “esperar pela vontade de Deus”), ou as maneiras como os próprios camponeses transcendem os seus modelos tradicionais de comportamento e expectativas, ao se ajustarem emocionalmente e intelectualmente a contextos institucionais em fluxo.

O próprio estudo dos campesinatos no mundo foi impulsionado por ideologias nacionais distintas preocupadas principalmente com o desenvolvimento (Shanin 1971:11). No entanto, na busca de entendimento do nosso assunto como objeto, as inter-relações entre estas ideologias dominantes e os sistemas de crença das próprias massas ainda não foram exploradas em profundidade. No capítulo Seis, vou analisar o lugar ocupado pela religião popular na formação de uma ideologia camponesa, e seu significado para a ação política no Brasil rural.

A religião é um fato básico na vida do camponês. O camponês brasileiro compartilha apenas parcialmente do sistema religioso católico formal, que, aliás, adquiriu uma forma tipicamente brasileira. Não obstante, o camponês incorporou esta tradição católica, ou elementos dela, de um modo significativo ao seu próprio sistema de crença, que inclui aspectos de práticas religiosas e crenças afro-brasileiras e ameríndias, e um misticismo individual reflexivo que personaliza unia experiência religiosa coletiva ruidosa e animada em suas manifestações públicas. Isto é, o catolicismo formal fornece um conjunto de crenças e significados institucionalizados e um sistema de atos rituais que satisfazem as necessidades sociais sobre as massas rurais. Ele contribuiu também para um vasto sistema de crença popular que se interliga com a estrutura social de tal forma que dá ao camponês uma visão pessoal, profunda e frequentemente inflexível de seu relacionamento com os outros homens, com a sociedade, com os santos e com Deus, e, num certo sentido, com a vida em geral. É necessário, portanto, observar os famosos santuários, as procissões dos dias santos, as novenas familiares e as possessões por espíritos, para poder compreender totalmente a comunhão do camponês com um ideal religioso. Entre os camponeses brasileiros há um profundo senso de ressentimento e de afronta

diante da condição humilhante de suas vidas. Como veremos adiante, a resignação que permite a aceitação passiva desta condição — e a ação devastadora que às vezes ela engendra — derivam ambas sua força do sistema religioso popular. Pelo exame da variedade de processos integrativos que torna o campesinato parte vital do sistema social brasileiro, este livro também procura uma explicação tentativa daquela relação fundamental entre cultura e ação social.